

A trajetória de um historiador medieval islâmico através de sua narrativa autobiográfica: os desafios de Ibn Khaldun (1332-1406)

Elaine Cristina Senko
Mestranda UFPR/PPGHIS
elainesenko@hotmail.com

Resumo: no presente artigo buscamos demonstrar de forma inovadora uma biografia do historiador medieval Ibn Khaldun (1332-1406). Tendo por base sua *Autobiografia* e a obra *Muqaddimah*, desenvolvemos uma narrativa em torno dos principais “desafios” que o iminente historiador muçulmano enfrentou em sua vida, buscando compreender, a partir do ápice de sua carreira pública, os motivos que tornaram Khaldun um homem tão especial em seu tempo. Dessa forma contribuímos não apenas para a valorização do personagem histórico que foi Khaldun, mas também para novas reflexões e possibilidades em torno da escrita biográfica.

Palavras-chave: autobiografia, islamismo

Na atualidade, compreendemos que não existe escrita da história que não contemple um bom estudo biográfico em torno de determinados personagens. De fato, todos os acontecimentos históricos apresentam, em todas as suas circunstâncias, a atuação decisiva de certos homens e mulheres. Mas o interessante é que cada vez mais ganha destaque editorial trabalhos que abordam, de modo muitas vezes romanceado, sensacionalista ou sem critérios de pesquisa, individualidades já bem conhecidas da cultura ocidental. Por exemplo, encontramos nas bibliotecas e livrarias uma infinidade de biografias sobre Adolf Hitler, Napoleão Bonaparte, Alexandre Magno, Joana d'Arc, entre outros. No entanto, torna-se dever do historiador também resgatar a memória daqueles personagens que, no passado, destacaram-se não apenas por conta de sua trajetória política ou militar, mas também intelectual. É o caso do historiador muçulmano Ibn Khaldun (1332-1406), um grande pensador do século XIV medieval. Sua obra mais conhecida, a *Muqaddimah*, tornou-se um referencial de conhecimento e reflexão sobre o estudo da história e da sociedade, inclusive de imensa valia e contribuição para nosso pensamento contemporâneo. O presente artigo, portanto, busca resgatar a memória e trajetória de vida desse iminente personagem tendo por base uma metodologia historiográfica, mas desenvolvendo uma narrativa que torne nossa exposição diferenciada em relação aos demais trabalhos biográficos.

A metodologia para o estudo de biografias pressupõe um acompanhamento por parte do historiador em relação ao personagem escolhido: de maneira detida estuda os vestígios mínimos de uma vida passada que ainda podem atingir o curso de nossa escrita. Esse acompanhamento do personagem advém de muitas leituras e interpretações. Produzir uma biografia é também ter em mente um conflito: uma aproximação inevitável ao personagem, ao mesmo tempo em que ocorre um distanciamento, como profissional da história, por conta de sua metodologia de trabalho. A prática é antiga: desde a Antiguidade temos modelos de biografias sendo gestadas por diversos autores clássicos, dentre as quais a mais famosa é *Vidas Paralelas*, de Plutarco, na qual o autor traçou, comparativamente, os principais acontecimentos da vida de certos personagens históricos, tal como César e Alexandre Magno. De modo geral, no período greco-romano, as biografias serviam para

demonstrar as vidas ilustres dos homens de importância e imperadores; enquanto isso, já na Idade Média ocidental, se viu crescer a produção de hagiografias.

Para o presente estudo, seguiremos diferentes metodologias de suporte, visando com isso aprimorar nossa apresentação biográfica em relação à vida de Ibn Khaldun. Inicialmente, pensamos que o estudo de uma vida nos remete ao conhecimento das inúmeras ações de um dado personagem no período em que viveu, principalmente aquelas de maior relevância. A primeira e principal dificuldade, nesse caso, é obter as fontes de informação desse personagem estudado. No caso de Khaldun, temos um diferencial a nosso favor: este possui uma autobiografia esplendida, cheia de fatos honráveis ou nem tanto, mas que certamente auxilia nosso entendimento sobre como aquele homem do século XIV pensava ou gostaria de ser lembrado. Para complementar as informações que obtemos da *Autobiografia de Ibn Khaldun* (KHALDUN, 1958) utilizaremos também sua obra-prima, a *Muqaddimah*.

Recorremos, preferencialmente, aos próprios escritos de Ibn Khaldun para conhecermos melhor esse personagem, contemplando os acontecimentos de sua vida. Mas como trabalhar com as informações que dispomos em mãos? Atualmente, são muitos os trabalhos historiográficos que propõem modos diversos no trato das informações, surgindo assim diferentes propostas narrativas. Por exemplo, temos a obra de estilo biográfico produzida por Georges Duby, *Guilherme Marechal* (DUBY, 1988). Este trabalho foi o resultado oriundo da análise histórica de um poema medieval, cuja narrativa foi realizada através do inovador modelo de *flashback*. Por sua vez, o medievalista Jean Flori em sua obra *Aliénor D'Aquitaine – La Reine insoumise* (FLORI, 2004) nos apresenta inicialmente um panorama biográfico da referida rainha desde a sua infância até a sua morte, demonstrando os entrelaçamentos entre sua vida e os fatos históricos. Na segunda parte da obra, Flori explora os problemas acerca da escrita de uma biografia da rainha. Essa metodologia de pesquisa se torna interessante na medida em que temos duas dimensões de análise histórica, uma linear e outra problematizadora. No entanto, ainda são realizadas biografias no estilo tradicional com a narrativa linear, como, por exemplo, a importante obra escrita pela pesquisadora Karen Armstrong, *Maomé* (ARMSTRONG, 2002).

No que se refere ao trabalho com as informações, Jean Orioux em *A arte do biógrafo*, ressalta que o historiador precisa fundamentalmente de uma quantidade abrangente de informações para formar um quadro preciso acerca do personagem

estudado. Trata-se de um esforço dedicado aos pequenos detalhes para construir um personagem, tal como o próprio Orieux afirma:

Em suma, com um trabalho de formiga, tempo, solidão e um grão de loucura, mais um pouco de sorte, conseguimos fazer surgir poeira dos velhos papéis um personagem até então destruído. Temos então a alegria de ver a múmia ganhar vida, de fazer saltar os cadeados do esquecimento e as crostas dos preconceitos, sob as quais Voltaire ou Talleyrand jaziam desfigurados. Após anos de silenciosa intimidade, ousamos – não sem uma certa audácia – dizer ao nosso personagem: “Levanta-te e caminha”. Se entre ele e o biógrafo tudo correr pelo melhor, poderemos vê-lo caminhar, bem vivo, entre leitores igualmente vivos, que o recebem, que, por vezes, o compreendem e chegam até a acarinhá-lo. É este o segredo da arte da biografia (ORIEUX, 1986, p.38).

Essa audácia apontada por Orieux pode ser exemplificada na obra *Valério do Bierzo – Autobiografia* do historiador Renan Frighetto (FRIGHETTO, 2006). A visão detida nas fontes constituem o grande valor desse trabalho, o qual buscou, através da análise de um indivíduo, um entendimento da sociedade, religião e política de uma época. A leitura dessa obra, através da análise crítica de Frighetto, elucidou a importância de uma hierarquia eclesiástica, de uma busca moral pela perfeição e manutenção da religiosidade cristã no período tardo antigo.

Uma obra biográfica de cunho abrangente em sua metodologia é *Alexandre, o Grande* de Claude Mossé, tendo em vista que a historiadora retoma a história de Alexandre Magno por diversos ângulos, tanto do ponto de vista político como historiográfico (MOSSÉ, 2004). De fato, quando refletimos acerca de tais obras biográficas acima mencionadas, pensamos na forma como esses autores buscaram problematizar seus personagens de modo que trouxessem algo de novo para a construção do enredo – além da já tradicional linearidade. Por isso, para agregar a este grupo de eminentes pesquisadores que ora escolhem seu personagem e contexto, ora refletem acerca da própria produção histórica biográfica, citaremos a construção da obra clássica do medievalista Jacques Le Goff, *São Luís* (LE GOFF, 2002). Esse retorno da biografia pelos historiadores, do qual Le Goff é um dos expoentes, faz parte de uma transformação da historiografia em finais dos anos 60, momento no qual ocorre a crise do paradigma estruturalista. Benito Bisso Schmitt em seu ensaio *Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos* sintetiza o ideal dessa retomada ao afirmar que os historiadores hoje mesclam o estudo do indivíduo com o contexto problematizado no qual ele está envolvido (BISSO, 1997). Enfim, constatamos que a construção de biografias envolve seus personagens ao contexto mais

amplo, tal como os referidos pesquisadores intentaram realizar. Ora, tal pensamento busca justamente vincular as ações do homem, dentro de suas conseqüências, frente às diversas circunstâncias do mundo em que viveu, ganhando um sentido. Acreditamos, portanto, que esse modelo de construção biográfica mais abrangente, contemplando a vida e o meio do personagem, seria o mais ideal, pois torna suas ações mais inteligíveis. Justamente com base nessas orientações apresentamos no seguimento nossa proposta biográfica de Ibn Khaldun, tendo como fontes as escritas do autor a *Autobiografia de Ibn Khaldun* e a *Muqaddimah*.

Na construção de nossa biografia sobre Ibn Khaldun desenvolvemos uma narrativa que parte de três tópicos referenciais, os quais consideramos como os grandes “desafios” enfrentados por Khaldun em sua vida: “A severidade como emblema”, “A batalha no deserto: a vida ativa” e “Vida contemplativa”. De fato, Khaldun teve uma vida intensa e repleta de acontecimentos que o levaram a uma constante movimentação entre regiões e sultanatos. Nessa trajetória erudita e política, consideramos que Khaldun enfrentou momentos de grande impacto em sua vida, os quais revelam os principais toques de sua personalidade, como assim o demonstramos na escrita que se segue.

A severidade como emblema

Ibn Khaldun escreveu: “(...) *desejava grandemente consultar muitos livros e coletâneas que se encontravam somente nas grandes cidades; tinha que corrigir e pôr a limpo um trabalho quase inteiramente ditado de memória (...)*”(AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.533). De seu precioso exílio em *Calat Ibn Salama* (na atual Argélia), Ibn Khaldun aos 47 anos de idade retornava para sua cidade natal de Túnis, levando consigo debaixo dos braços a obra que tanto desejara escrever desde a tenra juventude, resultado de sua própria vontade de pesquisar, de entender a História e as transformações que vivia a sociedade de seu tempo, a sua *Muqaddimah*. Ao mesmo tempo Khaldun estava colocando tinta em outro manuscrito, a sua obra autobiográfica. Será através das informações contidas nessas obras que compreenderemos o que nosso autor realizava ou desejava conquistar.

O historiador Abd al-Rahman Ibn Khaldun nasceu em 27 de maio de 1332, possuía descendência na região de Hadramut, sul da Arábia. O representante da família

Khaldun nessa época era Uail Ibn Hojr que foi, segundo o historiador, um dos Companheiros do Profeta (século VII). Seu pai Abu Bacr Muhammad Ibn Muhammad Ibn Abi Bacr era um famoso poeta e gramático tunisino, contrariando a linha mestra de conduta da família, a qual era de nobres ligados ao poder e ao âmbito militar.

Mas agora passemos ao ano de 1382, momento no qual Ibn Khaldun decidiu realizar sua peregrinação até Meca, seguindo a partir de Túnis até o Egito. Quando estava fazendo seus preparativos para a peregrinação, passou por Alexandria, onde foi interceptado a mando do sultão dos mamelucos Malik Al-Daher Barquq (governante de 1383 até 1399, com interrupções) e teve que seguir imediatamente para o Cairo. Mas antes de sabermos o que ocorreu com Khaldun no Egito, vejamos melhor quem eram os mamelucos, bem como os motivos que teriam para interceptar o historiador tunisino.

Os mamelucos eram escravos militares que foram recrutados pelo último sultão ayyubída do Egito, Al-Malik Al-Salih Naym Al-Din Ayyub (1240-1249), para sua tropa de elite, mas acabaram por se instaurar no poder com a morte deste sultão, logo após a luta contra os cruzados liderados por Luis IX da França na cidade egípcia de Damietta. Os membros desse exército advinham do sul da atual Rússia sendo chamados de *bahríes*. Os mamelucos *bahríes* foram substituídos posteriormente pelos mamelucos *circasianos*, em 1382. Ainda durante o evento da luta de Damietta, apesar de Turanshah, o filho de Al-Salih, estar na Mesopotâmia durante o conflito contra Luis IX, os mamelucos conseguiram capturar o rei cristão. A vitória do exército liderado por Al-Salih em outra batalha, a chamada de Al-Mansura (1250), retirou todo o exército dos cruzados e obrigou-lhes pagar tributos aos mamelucos, resultando também no assassinato de Turanshah e na ascensão da viúva de Al-Salih ao poder com o título de sultana: Shayar Al-Durr. Por conta da forte oposição dos ayyubídas da Síria, a sultana Shayar Al-Durr, teve que abdicar três meses depois em nome do chefe do exército Al-Um'izz Aybak. No entanto, quem de fato comandava a política foi Al-Durr (que posteriormente mandou matar Aybak). Qutuz, um mameluco de Baybars Al-Bunduqdari e o antigo regente do filho de Al-Durr, se proclamou sultão em 1259. Sua aliança com Baybars resultou no sucesso da batalha de Ayn Yalut, na qual os mongóis foram derrotados pelos mamelucos. Porém, depois disso Baybars matou Qutuz e ficou com o reino egípcio. A regra para a sucessão política no governo mameluco não funcionava com o pressuposto da hereditariedade, pois o acesso ao trono era estabelecido segundo uma eleição em que se escolhia como próximo sultão o melhor dos emires mamelucos,

ou seja, os melhores na habilidade guerreira. Porém isso não impedia o fato de que alguns sultões indicassem um de seus filhos como o próximo governante ou que um de seus filhos praticassem crimes para ascender politicamente.

Os mamelucos guardaram de maneira preciosa os ensinamentos do Islã no seio de seu exército, inclusive para se defender dos cruzados e dos mongóis, principalmente sob o cuidado do sultão que unificou o Egito, Síria, Hijaz e manteve contato amistoso com Constantinopla, Al-Zahir Baybars (1260-1277). Depois da morte de Baybars, seu filho não conseguiu ter tempo para reivindicar o trono, pois Qalawun o tomou em 1280 e continuou a luta contra os cruzados. O guerreiro Qalawun conseguiu conquistar três capitais francas da Síria e tornou de direito a sucessão hereditária ao trono, mas morreu a caminho de Acre. A conquista da Palestina em 1281 se deu sob o governo de Al-Achraf Jalil (1290-1293). O sucessor de Qalawun foi seu filho, Al-Nasir Muhammad (1293-1341), o qual teve um governo longo com poucos períodos de interrupções e tranqüilo de invasões estrangeiras.

Durante a segunda metade do século XIV o governo dos mamelucos passou por uma grave instabilidade política e guerras civis. O sultanato de Al-Achraf Cha'ban perpassou em 1365 o saque de Alexandria pelos cruzados comandados por Pierre de Lusignan, rei do Chipre. Enquanto isso, o corpo do exército mameluco *circasiano* empreendeu um importante embate militar contra o sultão Cha'ban e em seu lugar colocou o sultão circasiano Malik Al-Daher Barquq (governante de 1382 até 1399, com interrupções). O governo de Barquq foi de notável força política, pois os mamelucos somente iniciariam a perda do controle político de seus territórios posteriormente com o avanço dos turcos otomanos e dos ataques liderados por Tamerlão.

Em fevereiro de 1383, quando Khaldun chegou ao Cairo, sua percepção da cidade foi estonteante! Ele acreditava que havia chegado na metrópole do universo e foi nesse local que Khaldun atingiria o apogeu de sua vida próxima ao poder (VIGUERA MOLINS, 2006, p.104).

Um ano depois da sua chegada ao Cairo, em 1384, Barquq nomeou Khaldun professor de jurisprudência malikita na *Universidade de Al-Azhar*, também lhe indicando a cadeira no *Colégio d'Alcamha* (colégio do direito malikita) e lhe concedendo o cargo de *Grande Cádi Malikita* do Cairo. E foi através desse último cargo de *cádi* (juiz) que Ibn Khaldun teve uma atitude obstinada e severa, fruto de seu intenso aperfeiçoamento nos estudos, contra a corrupção no Cairo realizada por grande

parte dos seguintes funcionários da justiça: os *adéis* (testemunhos que tinham as funções de assessor do cádi e que se tornaram suspeitos de envolvimento com os acusados em troca de certo suborno), contra a fraqueza dos *hakam* (oficiais encarregados de fiscalizar a administração judiciária e de fazer valer as sentenças proferidas pelo cádi e que estavam naquele momento dispostos a realizar práticas ilegais) e do modo de proceder pernicioso dos *muftis* (legistas consultores) do rito malikita. Em troca dos favores que o sultão Barquq concedeu a favor de Khaldun, este dentro de seu cargo de cádi sentiu a necessidade de ser severo e aplicar a justiça:

No cumprimento dos deveres que me competiam, trabalhava com um zelo digno de encômios, empregando todos os meus esforços para justificar a boa opinião do príncipe que me tinha confiado a aplicação dos preceitos divinos. Para não deixar nenhuma presa à maldade dos censores, esforçava-me por aplicar a justiça a todo mundo, sem me deixar influir pela posição ou poderio de quem quer que fosse; protegia o fraco da prepotência do forte; repelia toda a ingerência, toda a tentativa, quer de uma parte quer de outra, restringindo-me a ouvir as provas testemunhais. Preocupava-me também com examinar o procedimento dos *adel*, que serviam de testemunhas nas atas, e constatei que havia entre eles homens perversos e corruptos. Isto provinha da fraqueza do *hakam*, que, em lugar de investigar a fundo e com rigor o carácter destes indivíduos, se contentava com as aparências, deixando-se influenciar pelo prestígio do alto patrocínio que parecia envolvê-los. Vendo-os empregados, quer como imames domésticos nas casas de pessoas de categoria, quer como preceptores encarregados do ensino do *Alcorão* aos filhos de gente rica, o *hakam* os considerava como homens de bem, e, para torná-los amigos seus, dizia nos relatórios informativos, que dirigia ao *cádi*, que eram pessoas de probidade comprovada. O mal era inveterado; traços escandalosos de fraude e de prevaricação destes *adel* corriam de boca em boca, chegando muitos destes delitos ao meu conhecimento, o que me levou a castigar seus autores com a maior severidade (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.538-539).

Diante dessa situação de corrupção reinante na justiça do Cairo, Khaldun impediu muitos funcionários no cargo de *adel* de servirem de testemunhas nos processos, pois antes muitos deles mantinham amizade com homens de posição privilegiada e isso fazia que os *adéis* subjugassem os cádis. Os *adéis* chegavam mesmo a negociar o *wakf* (que eram bens consagrados perpetuamente em benefício das mesquitas ou das obras pias), fato que despertou a ira de Khaldun, que sem se importar com as consequências interveio com denúncias e julgamentos dos envolvidos. Depois disso, Khaldun passou a se ocupar dos *muftis*, os legistas consultores do rito malikita. O nosso historiador parecia estar num momento de intensidade de suas práticas jurídicas e de uma severidade sem limites quando escreveu:

Prosseguindo, ocupei-me dos *mufti* (legistas consultores) de nosso rito. Esta gente tinha colocado os juízes numa situação impossível por sua desobediência e seu afoitamento em ditar para os litigantes setenças jurídicas (*fatwa*) inteiramente contrárias aos

juulgamentos que os aludidos juizes acabavam de pronunciar. Entre eles se achavam homens de nada, que depois de se arrogarem o título de estudantes de direito e a qualidade de *adel*, aspiravam audazmente à posição de *mufti* e de professor, sem nenhum direito a qualquer destes títulos. Todavia, alcançavam os ditos postos, sem muito trabalho e sem estudos preparatórios. Ninguém tinha a coragem de os repreender, nem de exigir deles um exame de capacidade, porque formavam um corpo formidável pelo número. (...) Embora as ondas destes abusos subissem cada vez mais, entretendo uma perpétua desordem, eu empreendi pôr um paradeiro (a tão grande mal) (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.540-541).

Dessa forma, Khaldun mandou castigar a muitos dos corruptos desses diversos cargos, seguindo os preceitos da jurisprudência islâmica, sem que fossem resguardados ou salvos por seus protetores. Khaldun, por conta de tal postura, foi caluniado e mal dito pelos acusados de corrupção frente ao sultão. Barquq parece ter ficado do lado do nosso historiador após uma reunião em que foi deixado claro a competência e idoneidade das práticas jurídicas de Ibn Khaldun. Envolvido nesse emaranhado de sessões jurídicas Khaldun nem esperava pelo que viria a lhe acometer, um momento trágico para sua vida pessoal: ele perde mulher e filhos num naufrágio, ocasião em que sua família estava vindo em um navio de Túnis para se unir à ele, esposo e pai, no Cairo. Prostrado por sua desgraça e atônito em seus afazeres, Khaldun procurou consolação na oração e pensou em se demitir do cargo de cádi, mas voltou atrás para não desagradar o tão benevolente sultão. Mesmo assim, o sultão Barquq, vendo que seu cádi malikita já não se dedicava com tanto afinco ao cargo e sentindo por sua enorme dor, consente no pedido de Khaldun por sua demissão. Assim, o historiador islâmico segue, desta vez definitivamente, na direção de Meca em 1387.

Em 1400, Tamerlão após invadir a cidade de Alepo, partiu para a conquista de Damasco. O recém nomeado sultão mameluco Al-Násir Farach, filho de Barquq, obriga Khaldun a participar de uma expedição que se dirigia para Damasco na Síria. Alguns meses antes Khaldun e o ainda emir Farach já haviam feito uma viagem pelas regiões de Damasco, Jerusalém, Belém e Hebron para pesquisar a situação das fronteiras em relação ao avanço das tropas mongóis.

Como se fosse uma das raízes ligadas a uma grande árvore chamada poder, Khaldun no ano de 1401 está diante do líder dos mongóis, Tamerlão. Um ano antes, Khaldun vivia tranquilamente nas suas terras da província egípcia de *Fayum*, quando um emissário de mameluco trouxe uma carta com o pedido do sultão Barquq para que o historiador islâmico reassumisse o cargo de cádi na cidade do Cairo. Khaldun imediatamente seguiu para o Cairo e se apresentou ao sultão Barquq que lhe investiu no

cargo de cádi malikita, pois o antecessor nesse cargo havia falecido. Depois da morte de seu melhor apoio, o sultão mameluco Barquq, Khaldun foi destituído e colocado no cargo de cádi ainda muitas vezes, ao mesmo tempo, em que era o professor do colégio malikita *d'Alcamha*.

Voltando a situação em Damasco: a maioria das tropas mamelucas regressou com o sultão Farach, mas a comitiva de sábios que estavam com Khaldun ficou na cidade síria. Esta já estava dominada pelas chamas quando Khaldun foi escolhido pela comitiva para negociar com Tamerlão a retirada deles da cidade e sobre a nova política na região. Diante de tal situação tão extrema, Khaldun trajou um leve turbante e um *burnus* (manto) negro como a noite. Acompanhamos o relato do historiador de Tamerlão, Ibn Arabchah, sobre esse momento em sua obra intitulada *Ajab Al-Macdur*, a qual consta na *Autobiografia* de Ibn Khaldun:

[Ibn Khaldun] foi escolhido para chefiar a deputação, indo todos perfeitamente dispostos a aceitar as condições, vantajosas ou não, que ele pudesse obter por suas palavras e diligências. Comparecendo à presença de Timur, ficaram de pé, cheios de temor e de apreensões, até que o príncipe se dignou acalmar sua inquietude permitindo-lhes que se sentassem. Então se aproximou deles com afabilidade e passou de um para outro sorrindo a cada um, e depois, começou a examiná-los com atenção, observando seus modos e estudando suas palavras. Admirado do aspecto de Ibn Khaldun, cujos trajes eram diferentes dos de seus colegas, disse: 'Este homem não é do país'. (...) Acabada a conversa, foram servidos à delegação pratos de carne cozida pondo-se na frente de cada um uma porção conveniente. Alguns se abstiveram por escrúpulo de consciência; outros deixaram de tocar neles, para se entregarem ao prazer de uma palestra; mas alguns, e entre estes Ibn Khaldun, se puseram a comer com muito bom apetite... (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.550-551).

De acordo com o historiador de Tamerlão, enquanto Khaldun realizava sua refeição olhava furtivamente para o sultão mongol. Num repente Khaldun se levantou e louvou a presença de Tamerlão como um príncipe que sabe realmente governar. Admirado Tamerlão pediu para que Khaldun se apresentasse e lhe contasse a história dos reis do Ocidente e do Magreb, o que o historiador magrebino lhe respondeu, segundo as palavras de Khaldun por Ibn Arabchach:

Nada me entristece, não fossem meus livros, na composição dos quais passei toda minha vida, trabalhando noite e dia. Depositei neles os frutos de meus estudos: a História do Mundo, desde a criação, e a dos reis do Ocidente e do Oriente. Se voltar a ter estes livros na mão, eu vos darei o primeiro lugar entre os soberanos; com a narrativa de vossas proezas, ajuntarei uma trama brilhante no tecido da História, e farei de vosso império o diadema que coroará a fronte do Tempo. (...) Minhas obras estão no Cairo, e,

se pudesse reavê-las, não me afastaria um palmo de vosso estribo (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.552-553).

Ibn Arabchah apresentou Khaldun como um homem culto que procurava apenas abrigo do poder para se dedicar aos seus estudos. Na continuidade de sua narrativa histórica, Arabchah comenta que Khaldun fez uma palestra sobre a geografia e os sultanatos do Magreb, à pedido de Tamerlão. Este sultão somente deixou Khaldun partir com a promessa deste que este voltaria trazendo suas obras, mas o historiador magrebino saiu da cidade de Damasco com sua comitiva para o Cairo e não olhou mais para trás, escapando assim de uma difícil situação. Em 1401, Khaldun voltou a ser nomeado *Grande Cádi Malikita* do Cairo e foi substituído ainda diversas vezes até o ano de sua morte em 1406. Khaldun foi enterrado no cemitério sufi do Cairo, local destinado aos santos e eruditos.

Portanto, o sucesso de Khaldun como cádi no Cairo foi possível graças a sua respeitável formação como erudito e por sua severidade nas aplicações jurídicas, as quais visavam o combate a corrupção. Entrevemos, especialmente depois da morte de sua família, um homem marcado pelo destino e depois sereno em suas terras próximas do Cairo, mas como verificamos o poder o alcança onde estiver e ele retorna ao mundo político. Esse retorno é diante do mais temido dos líderes mongóis, Tamerlão e sua saída genial foi lhe prometer ser seu *historiador*. No entanto, Khaldun não lutou durante sua vida apenas com a pena, vejamos o que ele já fizera com a espada em mãos em sua *vida ativa*.

A batalha no deserto: a vida ativa

Como vimos Khaldun obteve seu auge na carreira política quando se tornou *Grande Cádi do Cairo*. Mas para ter conseguido tal posição de poder, Khaldun teve de trilhar um longo caminho nos anos anteriores ao de sua chegada ao Cairo. Voltemos agora mais um pouco no tempo para que possamos conhecer o que teria tornado Khaldun um personagem tão respeitado e admirado pelos homens de poder e de saber.

O historiador muçulmano Ibn Khaldun prezava pelos estudos e tentava observar na sociedade e no poder de seu tempo aspectos para construir sua teoria da História. De fato, a práxis foi uma experiência essencial para que Khaldun compreendesse a política

de seu tempo. No reinado do sultão de Tlemcen Abu Hammu II (1359-1389) Khaldun pôde se utilizar dos seus conhecimentos militares. Em 1365, o referido sultão inicia sua marcha em direção a cidade de Bujaya, no centro do território norte-africano, e pede ajuda a Khaldun para convencer as tribos Zauawia de participar também da invasão. Ibn Khaldun, nessa época como *secretário de parafo*, era o responsável por registrar os impostos do sultanato de Tlemcen, cobrar dos berberes o pagamento efetivo dos impostos devidos ao sultão e era ainda o *hajib* (primeiro-ministro) do governo.

O sultanato de Tlemcen possui sua história. A formação do governo berbere dos Abd Al-Wáditas (também chamados ziyânidas) se deu na época da fragmentação do domínio em Norte de África e Península Ibérica dos almôadas, por volta do século XIII. O sultanato dos ziyânidas se encontrava entre os marínidas a oeste e os hafsidas de Túnis a leste. Essa situação geográfica era desfavorável para os habitantes de Tlemcen, que muitas vezes se viam atacados, por um lado, pelos marínidas e, por outro lado, pelos hafsidas, ambos coligados com tribos árabes e berberes do território norte-africano. Em 1337, por exemplo, Tlemcen foi conquistada pelo sultão marínida Al-Hasan num conflito que afetou todos os governos magrebinos, mas os ziyânidas logo em seguida recuperaram a cidade. O que legitimava as ações de seus vizinhos era o fato de que Tlemcen se tornou muito poderosa politicamente, chegando a conquistar territórios que vão da Argélia atual até o Saara.

A batalha de Bujaya em 1365 iniciou-se então com os preparativos do sultão de Tlemcen Abu Hammu II para lutar contra o emir de Constantina, Abu'l Abbas, que estava de posse da região do conflito. Nesse momento o irmão mais novo de Khaldun foi preso em Constantina, mas consegue fugir e se encontra com o irmão na localidade de Biskra.

A expedição de Abu Hammu falhou por conta de um problema externo. No meio do conflito, Abu Hammu II se vê forçado a lutar contra seu primo e rival Abu Zayan, o qual tentava dominar Tlemcen enquanto o sultão estava indo para a batalha de Bujaya. Khaldun e as tribos zauawia perseguem o fugitivo Zayan pelo deserto próximo de Tlemcen. O sultão Abu Hammu II retorna para a batalha na região de Bujaya, depois de ter resolvido e garantido a vitória contra a revolta em Tlemcen, com o poderio militar reforçado, formado pelos guerreiros Riaha com Ibn Khaldun e as tribos árabes dos zauawidas. O sultão de Tlemcen tencionava invadir Bujaya com esses dois corpos de exército. Por outro lado, Abu'l Abbas estava com outra parte da tribo dos riahidas, até

então afastadas da luta. A luta de Khaldun iria acontecer paralelamente à cena central, pois a tribo de Zogba e os Aulad Arif (aliados de Abu'l Abbas) marchavam em direção ao exército liderado por Khaldun em Al-Guatfa. O resultado desse embate foi a fuga dos zauawida, ocasionando o recuo de Khaldun até a região de Macila, de onde passou posteriormente para a província do Zab.

Um outro conflito surge nesse emaranhado de lutas, o sultão marínida Abd Al-Aziz deseja enfrentar Abu Hammu II para invadir Tlemcen. Por causa disso, o governante de Tlemcen interrompe a batalha de Bujaya, renunciando a esta expedição para se preparar para outra campanha, agora contra os marínidas. Teve, assim, de retornar ao seu governo em sua sede.

Khaldun parte com autorização de Abu Hammu II para o governo de Muhammad V na Península Ibérica, levando consigo uma carta do sultão de Tlemcen ao governador de Granada pedindo por ajuda na batalha. No caminho, Khaldun de maneira não muito bem vista, se retrata ao sultão marínida Abd Al-Aziz e depois se recolhe em um *ribat* (parte de uma mesquita ou *madrassa* que servia de recolhimento para a meditação religiosa e erudita muçulmana), como o próprio relata:

Quando Abu Hammu recebeu a notícia da ocupação de Tlemcen pelo sultão Abd'ul-Aziz, deixou a toda pressa Al-Batha, e acompanhado de sua família e de seus partidários, os Banu Ammer, passou para o território ocupado pelas tribos de Riah. O sultão mandou em sua perseguição um corpo de exército comandado por seu vizir Abu Bacr Ibn Gazi, e conseguiu, por meio de seu conselheiro Uanzamar Ibn Arif, grangear o apoio das tribos de Zogba e de Al-Macal. Lembrando-se da influência que eu exercia sobre os chefes das tribos de Riah, decidi-me a me mandar junto delas afim de ganhá-las para a sua causa. Já estava instalado no ribat de Bu Midian, decidido a renunciar ao mundo, e tinha começado a dar aulas, quando recebi do sultão um convite para me apresentar. Ele me acolheu com tanta bondade e afeto que não pude recusar a missão que me queria confiar; revestiu-me de trajes de honra e me presenteou um cavalo. Depois escreveu aos árabes zauawida, comunicando que daí por diante seria por meu intermédio que o sultão lhes transmitiria suas ordens (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.522).

Em 1370, o sultão Aziz consegue depois de muitas batalhas dominar Tlemcen, já com Khaldun em sua corte. Abu Hammu II foge, mas logo depois da morte do sultão marínida ele retomaria a sua cidade de Tlemcen. Depois disso, Abu Hammu II inicia uma perseguição ferrenha a Khaldun. Em 1372, Khaldun chegou a fugir a pé da perseguição do governador de Tlemcen, chegando somente a salvo em Fez. Após o governo de Abu Hammu II, Tlemcen entrou em um processo de decadência que provocou outra realidade, devido em grande parte às constantes ocupações por parte

naquele momento dos hafsidas e também em decorrência da invasão dos cristãos no litoral, os quais lhe impuseram tributos.

Essa atitude militar no Magreb perturbou tanto Ibn Khaldun que ele se retirou novamente para um *ribat*. No entanto, logo em seguida foi lhe ofertado novamente, pelo sultão Abu Hammu II, o cargo de primeiro ministro, mas o historiador declinou dessa posição em nome de seu irmão Yahya Ibn Khaldun:

Quanto a meu irmão Yahia, tinha deixado o sultão Abu Hammu quando este abandonou Tlemcen, e tinha-se ido pôr ao serviço do sultão merinida Abd'ul-Aziz. Falecendo este príncipe, continuou a exercer as funções de seu ofício com Said, filho e sucessor dele. Quando da tomada da Vila Nova por Abu'l-Abbas, obteve deste a licença de ir para Tlemcen, onde se tornou secretário particular do sultão Abu Hammu (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.530).

Yahya Ibn Khaldun tornou-se o conselheiro do sultão Abu Hammu e escreveu uma obra, denominada *Bugya*, sobre a história de Tlemcen, com destaque especial para o seu atual soberano. Nesse ínterim, Khaldun no auge de sua *vida ativa* deseja seguir para algum retiro e fazer suas pesquisas e investigações. Tenta mas não consegue de imediato, pois os homens relacionados ao poder não o deixam partir. Em 1370, Khaldun vai até Biskra e tenta fugir para Granada, mas é preso no porto de Hunain. Volta a contragosto para Tlemcen. Dois anos depois Khaldun esquematiza uma fuga inacreditável com sua família, atravessando com ela muitas faixas de desertos em direção da cidade de Fez. Em Fez, no entanto, Khaldun retorna para a esfera política por pouco tempo...

De novo caído nas garras do poder e já sentindo a necessidade de cumprir a sua peregrinação até Meca, Khaldun acaba retornando pela segunda vez para Granada diante da confusão política que reinava em Fez. Em 1374 ocorreu a tragédia da morte violenta do vizir granadino Ibn Al-Khatib e o seu assassinato revoltaria Ibn Khaldun. Perseguido como provável suspeito do crime pelo sultão granadino Muhammad V, Khaldun consegue viajar para uma região afastada, retornando ao continente africano, e recebe o apoio dos Aulad Arif para colocar sob a pena um grande desejo.

Quatro ano depois, em 1378, Khaldun seguiu para Constantina, deixando sua família no local, e depois para Túnis, visando um encontro com o sultão Abu'l-Abbas. Chegando a Túnis, porém, não encontrou o sultão, este que estava resolvendo um conflito nas imediações de Souça. Diante disso, Khaldun segue até Souça e alcança o sultão tunisino, este que lhe acolheu com ternura e depois lhe enviou para Túnis, onde

seu lugar-tenente Farah o esperava com alojamento e ração para seus cavalos. Em seguida, a família de Khaldun chegou a Túnis, fato que lhe deixou muito feliz (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.533-534).

Khaldun acabou sofrendo na corte de Abu'l-Abbas uma perseguição por parte dos invejosos da corte, tendo em vista que o nosso historiador era o mais brilhante erudito, que recitava as mais belas poesias, e considerado um sagaz homem militar. Khaldun, depois de se envolver intensamente no âmbito político e militar, foi para suas terras tunisinas, os *Mirtos*, para proceder às colheitas. Na época o sultão de Túnis, o qual voltava de uma batalha oriunda de uma revolta inacabada no deserto, aproveitou a ocasião e passou pela residência de Khaldun no campo, o retirando de seu descanso. Com medo de Abu'l-Abbas o levar para o próximo passo na batalha contra o perseguido Ibn Yamlul, Khaldun arquitetou sua saída dessa situação. Ele sabia que naquele momento havia um navio de mercadorias no porto de Túnis, o qual seguiria para Alexandria. Assim, diante dessa oportunidade, Khaldun pediu ao sultão se ele poderia realizar a peregrinação até Meca, o que lhe foi concedido. Khaldun relata sua saída de Túnis:

Obtido seu consentimento, dirigi-me para o porto, seguido de um mundo de estudantes e das pessoas de mais destaque da corte e da cidade. Depois de ter feito a todos minhas despedidas, tomei o navio, no dia 15 do mês de Chaban (25 de outubro de 1382) e pude enfim achar sossego para os estudos (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.536).

Ora, conhecemos esse trajeto, momento de sua interceptação por Al-Barquq, sultão mameluco do Egito. Mas o que percebemos é que Khaldun estava sempre desejoso por se isolar da intensa atividade política e militar para onde era arrastado. Um homem militar, político e severo, Khaldun tinha sua proeminência ao lado dos homens de poder, que chegavam a disputá-lo ou até mesmo persegui-lo, como é o caso do sultão de Tlemcen, Abu Hammu. Khaldun foi um *historiador* requisitado para diversos fins por sua especial formação, mas suas próprias palavras na *Autobiografia* e *Muqaddimah* revelam uma busca maior, pela contemplação do conhecimento.

Vida contemplativa

Ibn Khaldun buscava ter uma *vita contemplativa* diante de tantos envolvimento políticos, militares e jurídicos. Acompanhamos, nos dois tópicos anteriores, a parte de

sua trajetória de vida na qual ele já era reconhecido e estimado. Nessa última parte da biografia de Ibn Khaldun apresentaremos respostas a sua excepcionalidade como *historiador* à serviço dos grandes. Dessa forma iniciaremos contando sobre a tradição da família Khaldun e o contexto político do hafsidas, dos marínidas e dos nazaríes.

Em sua *Autobiografia*, Ibn Khaldun relata que sua família de aristocratas e militares ligados ao califado central teria imigrado de Hadramut (região da Península Arábica) para a cidade de Carmona e depois Sevilha na Península Ibérica por volta do século IX. Ibn Khaldun relembra e legitima seus antepassados relatando que nessa época Curaib Ibn Othman e seu irmão, Khalid, foram os detentores do poder em Al-Andaluz. Os Khaldun permaneceram nessa região, servindo as dinastias almorávida e almôada, até a conquista da fronteira formada por Sevilha, Córdoba e Jaen pelo rei cristão Fernando III, em 1248. De fato, a família Khaldun defendeu a cidade de Sevilha até sua queda nas mãos dos cristãos, passou para Ceuta e depois se estabeleceu junto ao governo de Abu Zakariyya (1228-1249), precursor da dinastia hafsida em Túnis. Este era descendente de um chefe berbere, Abu Hafs, o qual se pôs à disposição dos almôadas. O sultão Zakariyya tornou Túnis território independente já em 1236 e aumentou seus domínios até a região de Tanger. O poder de Zakariyya era tão prestigioso que os sultões de Al-Andaluz recorriam aos seus serviços visando auxílio contra o perigo de conquista cristã. O filho de Zakariyya, Abu Abd Allah, foi legitimado pelos poderosos andaluzes que estavam chegando a território norte-africano por conta da emigração resultante da expulsão dos muçulmanos pelos cristãos na Península Ibérica. Abu Abd Allah se envolveu na cruzada de Luís IX da França e teve que enfrentá-lo em 1270.

Em Túnis o representante da família Khaldun era Al-Haçan Ibn Muhammad Ibn Khaldun, que trabalhou inicialmente na corte do emir Abu Zacaria. Al-Haçan, vivendo sob tutela do governo Hafsida, recebia apontamentos e *iqta*. O filho de Al-Haçan, Muhammad Ibn Khaldun obteve as mesmas bondades régias, mesmo com o falecimento do referido emir em 1249 na região de Bona. Logo após, o emir Abu Ishac conquistar Ifríkya, Muhammad Ibn Khaldun foi nomeado *Amir Al-Achgal* (ministro das operações financeiras, função dos grandes dignitários almôadas, podendo nomear, destituir e pedir contas a perceptores, usando até o emprego da tortura) e em Bujaya tornou-se *hajib* (primeiro ministro do sultão). De acordo com Khaldun logo que Ibn Abi Omara tomou Ifríkya mandou retirar a fortuna, torturar e assassinar Muhammad Ibn Khaldun na

prisão. Este avô do nosso historiador tunisino desempenhou uma ação militar que lhe influenciou como exemplo de *homem da espada*. De acordo com Ibn Khaldun, Muhammad Ibn Khaldun realizou a peregrinação a Meca em 1319, em seguida mais uma peregrinação surrerogatória em 1324 e depois disso recolheu-se na solidão de sua casa. Esse avô de Ibn Khaldun possuía uma grande importância para o governo de Túnis. Ibn Khaldun acrescenta que, quando o sultão Abu Yahia não estava em Túnis, confiava a guarda da cidade a seu avô.

Nessa época Túnis sofreu ataques internos, formado por estopins de rebeliões, e externos, dos marínidas e do sultanato de Tlemcen, para a conquista da cidade. Em 1332, imerso neste contexto, nasceu Ibn Khaldun. A política de então era a do sultão Abu Bakr (1330-1346), um tempo de estabilidade e de certa tranqüilidade com as tribos árabes magrebina. Nesse ambiente Khaldun iniciou seus estudos da maneira tradicional malikita e sunita baseado no *Alcorão*, na *fiqh* (técnica da jurisprudência), nos *hadits* (registro não incluso no *Alcorão*, que cita a vida do Profeta e modelo de comportamento para o cotidiano do muçulmano) e na língua árabe.

Túnis era no século XIV uma das melhores cidades para se viver no medievo, tendo universidades que disputavam com Fez a preeminência no mundo dos estudos. Estudiosos da Península Ibérica, do Oriente e de toda parte do território magrebino faziam parte dessa comunidade universitária. O jovem Ibn Khaldun adentrou esse mundo de saber de forma natural, seu pai, Abu Bacr Muhammad, lhe ensinava as primeiras lições de gramática em casa, além de aprender como tradição familiar aspectos políticos e militares junto aos seus irmãos Muhammad e Yahya. Depois passou a ter aulas com renomados mestres magrebinos e andaluzes, dentre eles se encontrava o andaluz Abelli (1282-1356) que era discípulo de Ibn Rushd. Khaldun estudou inicialmente o *Alcorão* e a teologia islâmica até a morte de seu pai pela Peste Negra:

No ano de 737 (1336-37), ao falecer meu avô, meu pai, Abu Bacr Muhammad, deixou a carreira militar e administrativa para dedicar-se à ciência (a lei) e à devoção. (...) Desde o dia em que meu avô renunciou aos negócios, passava seu tempo ao lado de Abu Abd Allah, e meu pai, que tinha sido entregue aos cuidados deste doutor, aplicou-se ao estudo do *Alcorão* e da lei. Meu pai cultivou com paixão a língua árabe e era versado em todos os ramos da arte poética. Filólogos de profissão recorriam a seu critério – fato que testemunhei – e lhe submetiam seus escritos. Faleceu, arrebatado pela grande epidemia do ano de 749 (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.491).

A *madrassa* (escola) de formação de Ibn Khaldun foi a sunita *malikita*, de origem andaluza, a qual tinha por lições principalmente a leitura específica do *Alcorão*, da *Sunna* e do *Tafassi* (sobre tradições escritas no *Muwatta* que servia de base ao sistema da jurisprudência *malikita*). Dentre as diversas lições aprendidas por Khaldun podemos destacar sua aprendizagem sobre a arte gramatical e as poesias citadas no *Kitab Al-Agani* (coletânea de poesia e música árabe). Sabemos também que no momento no qual realizava seus estudos superiores na Universidade de Djmé (Túnis) esteve provavelmente em contato com as ciências, história e filosofia de origem árabe e grega, especialmente com a leitura de Aristóteles, além de aprender aspectos da literatura, teologia e geografia. Imberbe foi chamado para participar de cargos próximos ao poder, fato que revela o brilhantismo que Khaldun tivera com seus mestres, nas *madrassas* e na universidade. Nessa direção indicamos e reforçamos a autenticidade da erudição de Ibn Khaldun, tendo em vista sua formação específica com importantes mestres andaluzes e magrebinos em Túnis.

O primeiro cargo de Khaldun, em 1352, foi de *escrivão do parafo real* (função da pena que cabia àquele que registrava dados da administração real) do sultão tunisino Abu Ishac. No entanto isso logo iria mudar: vendo a passagem pela cidade de Túnis de uma comitiva de sábios magrebinos em 1347, ao lado do sultão Abu Hasan (este conquistou a região de Túnis por um ano e a perdeu na batalha de Cairuão), Khaldun desejou seguir tais mestres até Fez. Khaldun acreditava possivelmente numa melhor consideração do governo marínida perante sua erudita formação. Em 1352, em Tebessa, Khaldun já fazia parte do exército Hafsida seguindo os sábios marínidas pelo Norte da África, estes últimos sob a nova liderança do sultão Abu Inan (1329-1358). O exército Hafsida perdeu a batalha contra os Marínidas e Khaldun teve que se refugiar em Tebessa e depois em Gafsa. Nesse mesmo ano, Khaldun refugiado em Gafsa, passou posteriormente para Biskra. Depois, em Batna, Khaldun encontrou-se com um oficial do exército marínida chamado Ibn Abi Amr. Este oficial levou Khaldun para Bujaya (1353) e depois conquistou tal cidade. Tão logo em Fez, em 1354, já casado, foi aceito como um dos homens de saber do sultão Abu Inan e também como seu *secretário do parafo*, posto que o desagradava, já representava um cargo menor frente aos que já ocuparam seus familiares.

Os Marínidas possuem uma história ligada aos antigos almôadas e eram fortes concorrentes dos Hafsidas. Os marínidas eram berberes zenata provenientes do sul

marroquino e que remontam ao final do século XII, os quais se fortaleceram politicamente com a decadência do poder dos almôadas. As conquistas iniciais que foram registradas pela história dos marínidas foram lideradas pelo sultão Abu Yahya (1243-1258) que tomou posse das regiões de Fez, Meknès, Rabat e Sidjilmasa; e o sucessor de Yahya, o sultão Abu Yusuf, que em 1269 tomou Marrakech, marco do posicionamento marínida como dinastia na região oeste do Norte de África. Seus embates de conquista não possuíam fundo religioso no início e por isso depois de sua ascensão militar e política é que se legitimaram por meio da *jihad*. Podemos lembrar da importância que tinha para essa sociedade, como para todo Norte de África, também a prática do comércio. Por exemplo, citemos o comércio do ouro do Sudão, pois as caravanas atravessavam longínquas regiões que mantinham o contato entre os berberes e árabes do norte com os chamados governos negros do sul (os quais muitos foram sendo islamizados ao longo do tempo pelas conquistas árabes/berberes).

Com o sucesso de conquistas na África do Norte, os marínidas seguiram caminho para a Península Ibérica. Suas atividades eram realizadas muitas vezes por razias (disputas por prisioneiros e aprovisionamentos na região de fronteira) e seu grande sucesso foi ter uma influência considerável no poder em Granada. Mas esta relação com os granadinos não era tão tranqüila, pois estes se viam ameaçados pelos norte-africanos e pediam auxílio aos reis cristãos. Assim, ocorreram também as expedições dos marínidas contra essa região entre 1275 e 1291, as quais não lhes renderam resultados muito positivos. Por exemplo, podemos citar o evento da batalha do Salado, em 1340, a qual terminou com a política da *jihad* entre os marínidas. Entretanto, a cidade de Ronda continuou sendo disputada entre os nazaríes e os marínidas até sua conquista pelos cristãos em 1485.

O sultanato de Abu Al-Hasan (1331-1348) conquistou a região de Tlemcen (1337), para em seguida adentrar na região dos hafsidas (1347). Quando isso ocorreu Ibn Khaldun entrou em contato com o grupo de sábios de Al-Hasan, entre os quais se destacava o mestre Al-Abelli. Porém o governo de Túnis (capital do sultanato hafside) comandou um ferrenho contra ataque com a ajuda das tribos árabes da região, por fim conseguindo expulsar os marínidas por meio de um cerco à Cairuão, onde estava o soberano marínida. Além disso, o que também estava assolando a região nesse momento era a peste negra. Essa derrota foi muito impactante para os marínidas, pois a partir desse momento teve início um processo de declínio do seu poder.

Em 1355, o sábio sultão marínida, Abu Inan, que governou dez anos (1348-1358), toma como seu secretário particular Khaldun, trazendo certa estabilidade para seu sultanato. O erudito muçulmano participou das reuniões com o referido sultão e foi escolhido por Abu Inan para traduzir e responder a cada documento que ele achasse importante. Ainda em Fez, Khaldun em 1355-1356, foi integrado como o responsável pelas discussões literárias a pedido do sultão Abu Inan. Em 1357 Khaldun foi preso por quase dois anos sob a acusação de infidelidade ao sultão, resultado de intrigas palaciegas, somente sendo solto quando da morte do sultão. Khaldun passa a servir então o sucessor do poder marínida, Abu Salem, este que o ratificou no mesmo cargo de *secretário de governo* e adicionou mais dois novos cargos de suma importância ao historiador tunisino: o de *chefe de chancelaria* e de *madhalim* (cargo daquele que deve reparar as injustiças). Diante da morte de Abu Salem passa a servir seu sucessor, o vizir Omar, mas este o demite em 1362. Assim Khaldun, com o desejo de realizar um de seus grandes sonhos, partiu para *Al-Andaluz*. No entanto Khaldun tinha recebido ordens agressivas do vizir Omar de não passar por Tlemcen, pois nessa região o poder local preparava uma sublevação contra o domínio marínida e seria muito preciosa a presença de um homem versado na erudição e na guerra para o poder magrebino central.

Algum tempo depois de passar por Ceuta desembarcou em *Jabal Al-Fath* (Gibraltar), região de domínio marínida. Em 1362 Khaldun aproximou-se da cidade de Granada e foi recebido pela cavalaria de honra do sultão nazarí Muhammad V.

O fundador da dinastia Nazarí foi Muhammad Ibn Yusuf Ibn Nasr, pertencente à família dos Banu Ahmar, o qual iniciou seu processo de conquistas na Península Ibérica por volta de 1232 em Arjona e um ano depois em Jaén. O poder da dinastia nazarí aproveitou-se de um momento em que seu próprio fortalecimento superava a política dos Almôadas e ocupou Granada, no sul da Península Ibérica, em 1237. Quando o rei cristão Fernando III de Castela se apoderou de Jaén, em 1246, Muhammad I permaneceu em Granada e reconheceu a autoridade do soberano castelhano, inclusive começando a lhe pagar tributos. O rei castelhano manteve acordos com o sultão de Granada, primeiro porque era interessante um acordo político de confiança com os nazaríes; segundo, essa região de Granada (que naquela época abrigava o que hoje é Granada, Almeria e Málaga) é de difícil acesso, cercada por conjuntos de montanhas; terceiro, e motivo principal, Fernando III sabia do poder e influência do Norte de África em um contexto militar.

Com as antigas conquistas feitas pelos berberes Almorávidas e Almôadas sobre o território de Al-Andaluz, os moçárabes aproveitaram para voltar aos territórios cristianizados e poucos foram os cristãos que ficaram em Granada, divididos em comerciantes, prisioneiros de razias e alguns como parte da escolta do sultão Muhammad I. Já os judeus tinham um status de poder importante entre os nazaríes, porém já sofriam com as antigas perseguições por parte dos Almôadas e depois com os reis cristãos. Interessante observar como os judeus foram bem tratados pelo governo de Granada, pois eram tidos como parte de seus sábios e habilidosos comerciantes. Além disso, a região granadina recebeu muitos muçulmanos vindos das áreas conquistadas pela cristandade e outros vindos do Oriente, mas já desde o século XIII iniciou-se uma verdadeira saída dos andaluzes para o Norte de África. Granada foi a ponte diplomática entre a Península Ibérica e Norte de África, sendo os nazaríes os guardiões de uma já antiga Al-Andaluz.

A política dos nazaríes sofreu com as revoltas de seus proprietários de terras, que ora se associavam aos marroquinos, ora aos cristãos. Esse conflito interno foi sempre uma constante nos governos, mesmo aqueles esplendorosos como os de Yusuf I (1333-1354) e Muhammad V (1354-59 e 1362-91). Em 1359, ocorreu uma rebelião política contra Muhammad V, o que fez com que o sultão e seu vizir, Ibn Al-Khatib, seguissem caminho até Fez. Nesse momento, em Fez, Khaldun era o secretário particular do sultão marínida Abu Salem e fez amizade com o vizir Ibn Al-Khatib, mantendo contato com o sultão Muhammad V. Em 1362, Muhammad V acabara de reconquistar seu trono, momento no qual Khaldun chegou à Granada para realizar seu sonho: pisar nas terras que outrora foram de seus poderosos antepassados.

Em 1363, Muhammad V envia Khaldun em uma especial missão diplomática para ratificar um tratado de paz entre o rei Pedro, o Cruel, rei de Castela e os emires de *Al-Andaluz*. Khaldun foi amavelmente recebido pelo rei de Castela, Pedro, o Cruel, este que fizera uma rápida pesquisa com seu próprio médico judeu, o qual conhecera Khaldun no passado, na corte de Abu Inan. Quando Khaldun estava em Castela, o rei Pedro desejava guardá-lo perto de si, tornando-o seu conselheiro depois da assinatura do acordo, oferecendo em troca a herança das antigas terras dos antepassados do tunisino. Khaldun declinou do pedido, será talvez por um temor da fama atroz do rei cristão ou por entender que o tempo de glória muçulmana em *Al-Andaluz* já teria passado? Pedro, o Cruel mesmo diante de tal negativa de Khaldun ainda continuou tendo simpatia pelo

tunisino: o soberano cristão quando da partida de Khaldun lhe deu presentes e também enviou alguns para o sultão de Granada. Sabe-se que Khaldun, quando do seu regresso, recebeu em troca do sucesso desse acordo diplomático a aldeia de *Al-Bira* (Elvira) pelas mãos do sultão de Granada. Porém as relações com Ibn Al-Khatib se deterioraram, pois segundo Khaldun este teria “inveja” de sua proximidade para com o sultão granadino. Em 1365, em Almeria, Khaldun era o pregador da Grande Mesquita, lecionava jurisprudência e ao mesmo tempo cobrava os impostos das tribos berberes em nome do sultão da região, Abu'l Abbas.

Abu'l Abbas, em 1370, dominou a região de Bujaya e o sultão da região Abu Abd Allah Muhammad morreu no embate. Em seguida, Khaldun cuida por um tempo do filho do antigo governante agora morto, refugiando-se ambos ora com a tribo Dawawida, ora com os Banu Muzni. Porém, logo se dirige à Biskra novamente e entra num conflito do lado do governo Hafsida e de Tlemcen (sultão Abu Hammu) contra Abu'l Abbas, passando a angariar apoio das tribos berberes. Ibn Khaldun retornaria à Granada em 1374 com o propósito de fixar residência e passar o resto de seus dias neste local. Mas depois da morte do vizir Ibn Khatib, Khaldun passou a não se entender mais com Muhammad V.

Ibn Khaldun enfrentava em sua vida um duelo psicológico entre uma *vida ativa* e outra *vida contemplativa*. O ponto culminante dessa “angústia” trespassada em sua fonte autobiográfica culmina em seu exílio em *Calat Ibn Salama*, o qual resultou na escrita de sua obra *Muqaddimah*. O retorno de Khaldun ao norte de África aconteceu em 1374 (permanência em Tlemcen e Hunain), pois o poder magrebino disputava a presença do historiador Khaldun em sua corte. Nesse período ocorreu em Batna o encontro de Khaldun com os *Aulad Arif*, antigos inimigos de batalha, tribo árabe que patrocinará o ambiente necessário para o historiador muçulmano escrever suas obras *Muqaddimah* e *Autobiografia*. Assim entre 1374 a 1378, Ibn Khaldun escreveu com um trabalho de memória e longe das principais bibliotecas magrebina parte da *Autobiografia* e a escrita da *Muqaddimah*, no castelo fortificado de *Calat Ibn Salama*:

Estabeleci-me então em Calat Ibn Salama, castelo fortificado no país de Banu Toujin e que os Zauawida desfrutavam como icta', doado pelo sultão. Fiquei ali durante quatro anos, completamente livre de qualquer preocupação, longe das agitações da política, e foi ali que comeci a composição de meu trabalho sobre a História Universal. Neste retiro acabei os Prolegômenos, obra cujo plano é completamente original, e para cuja execução tinha tomado o melhor de uma massa enorme de material e de

informações. (...) Durante minha longa permanência neste castelo tinha completamente esquecido o reino do Magrib e o de Tlemcen para me ocupar unicamente da presente obra. Quando passei à História dos Árabes, dos Berberes e dos Zanatas, depois de ter terminado os Prolegômenos, desejava grandemente consultar muitos livros e coletâneas que se encontravam somente nas grandes cidades; tinha que corrigir e pôr a limpo um trabalho quase ditado de memória (AUTOBIOGRAFIA DE IBN KHALDUN, 1958, p.532-533).

Interessante nessa afirmação de Khaldun é o fato de que ele precisou reunir “o melhor de uma massa enorme de material e de informações” para escrever a *Muqaddimah*. E depois expressa seu desejo de revisá-la, pois “tinha que corrigir e pôr a limpo um trabalho quase ditado de memória”. Ou seja, Khaldun, por estar afastado das principais bibliotecas magrebínas, teve que escrever a *Muqaddimah* lembrando-se de leituras já feitas através da memória, aspecto que pode explicar porque a obra tem subtópicos mesclados de origem historiográfica islâmica e clássica.

Conclusão

Severo, ativo e sábio, Khaldun nos aproxima da sua sociedade através de sua biografia e de sua grande obra de História, a *Muqaddimah*. Tendo por base a biografia e o contexto apresentado, de que modo podemos avaliar sua importância para o desenvolvimento do pensamento de Ibn Khaldun? De fato, o historiador muçulmano, ao manter-se próximo ao poder, via em sua realidade uma constante que não podemos menosprezar: a corrupção e o vício, enquanto fatores principais, que ocasionavam o enfraquecimento e conseqüente queda de certos poderes nos sultanatos. Trata-se, em suma, de um pensamento que demarca uma contraposição ao modelo do califado, considerado por Khaldun como o mais apropriado: seria guiado pelo homem mais capacitado religiosamente (valoração da moral) e versado na política (expressão de dignidade para liderar os povos). De todo modo, Khaldun estava consciente de que faltava em seu tempo um modelo apropriado de poder que garantisse estabilidade e segurança para o desenvolvimento das atividades humanas.

Khaldun, portanto, transitava entre esses diferentes poderes em sua época, certamente tendo a consciência de que nenhum deles teria uma longa duração. Ora, o contexto que apresentamos aponta essa variação de forma muito clara. O governo de Granada teve sua manutenção dependente dos governos norte-africanos, principalmente

no período de Muhammad V (1354-59 e 1362-91) e dos cristãos, conforme vimos sua relação com do rei Pedro, o Cruel de Castela. O governo dos Marínidas alcançou seu apogeu em conquistas sob o sultanato de Al-Hasan (1331-1348) e sua política de expansão foi quase interminável, pois seus sucessores continuaram a política de ataque ora aos Hafsidas, ora ao sultanato de Tlemcen. O sultanato de Tlemcen, coagido por estar no Magreb Central, teve nas mãos austeras de Abu Hammu II (1359-1389) sua defesa e seu destino (a vontade de se apoderar de Bujaya), que paulatinamente foi sendo degradado por marínidas, hafsidas e tribos nômades com certo poder (muitas vezes sendo agregadas pelos sultanatos de maior expressão).

Os Hafsidas, governo sob o qual Khaldun nasceu e passou a sua adolescência, foi instaurada por Abu Zakariyya (1228-1249). Desde então, a dinastia hafsida de Túnis começou a receber os andaluzes emigrados de Al-Andaluz e forjou todo um aparato político-militar similar ao que era realizado na Península Ibérica. Os mamelucos, por sua vez, representaram o símbolo de resistência do islamismo no Norte de África. O reinado de Baybars assegurou e legitimou, por fim, sua existência e força, principalmente na luta contra os cruzados. Já o sultão Malik Al-Daher Barquq (governo de 1383-1399, com interrupções) de origem circasiana colocou sob seu governo Khaldun como o *Grande Cádi Malikita* e foi o último governo estável antes da intensiva ameaça dos mongóis e otomana que destruiu a política mameluca.

Dessa forma, tecendo tais considerações, concluímos nossa narrativa biográfica acerca do historiador Ibn Khaldun, apresentando sua trajetória de vida por meio de tópicos que representavam os “desafios” por ele enfrentados. Em nossa construção narrativa optamos por uma não linearidade no modo de contar tal relato, pois acreditamos que assim vislumbramos facetas enriquecedoras da biografia de Khaldun que não encontraríamos, de modo acentuado, da forma linear. Assim, demonstramos aqui uma nova possibilidade em relação a escrita da narrativa biográfica, ao mesmo tempo que lançamos novos olhares que enaltecem, no campo dos estudos históricos e para a contemporaneidade, o historiador tunisino Ibn Khaldun.

Bibliografia:

Fontes:

KHALDUN, Ibn. **Muqaddimah – Os prolegômenos (tomo I, II e III)**. Tradução integral e direta do árabe por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958-1960.

KHALDUN, Ibn. **Autobiografia. In: Muqaddimah – Os prolegômenos (tomo I)**. Tradução integral e direta do árabe por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958. (edição com comentários de Ibn Arabchah, Ibn Chohba e Al-Maqrizi).

Leituras:

ARMSTRONG, Karen. **Maomé: uma biografia do profeta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BEHRENS-ABOUSEIF, Doris. El Sultanato Mameluco (1250-1217). In: **Ibn Jaldún: entre al-Andalus y Egipto**. Palácio Emir Taz, Cairo: GPD, pp.54-71, 2008.

BLANCO MARTÍNEZ, Rogelio. Ibn Jaldún: entre el saber y el poder. In: MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. **Miradas españolas sobre Ibn Jaldún**. Madrid: Ibersaf, pp. 13-22, 2008.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FLORI, Jean. **Aliénor D'Aquitaine – La Reine insoumise**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2004.

FRIGHETTO, Renan. **Valério do Bierzo – Autobiografia**. Galiza, 2006.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MOSSÉ, Claude. **Alexandre, o Grande**. Tradução de Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, G.; ARIÈS, P.; LADURIE, E.; LE GOFF, J.; **História e Nova História**. Tradução de Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1986, p.38.

SCHMITT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.19, pp. 1-17, 1997.

VALENCIA, Rafael. Ibn Jaldún y Tamerlán. In: **Ibn Jaldún: entre al-Andalus y Egipto**. Palácio Emir Taz, Cairo: GPD, pp. 86-91, 2008.

VIGUERA MOLINS, Maria Jesus. El sabio acosado por el poder: Ibn Jaldún. **La Aventura de la historia**. España, n.91, pp.104-111, 2006.